

Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

ATA Nº 30

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte quatro, pelas vinte e uma horas e vinte cinco minutos, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida para Sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 – Eleição de um vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta. ---
- 2 – Apreciação e Votação das Condições de atribuição do Apoio e Minuta do Contrato Interadministrativo referente ao Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2024. -----

Verificaram-se as seguintes presenças: -----

Aqui Há Porto-RM – Mário José Machado Faria e Almeida Praça, Gianpiero Freire de Zignoni, Abel Rodrigues Magalhães-----

Partido Socialista – Sandra Maria Ribeiro Mondim, Abílio Pereira dos Santos, Abílio Manuel Pacheco Rodrigues. -----

Partido Social Democrata – Ernesto Paulo Preto Galego, Ricardo Jorge Loureiro Baptista, Tiago João Peixoto Fonseca. -----

Bloco de Esquerda – Teresa Marisa Alves Martins. -----

CDU – João Duarte Gonçalves e Vítor Vladimiro Cardoso Vieira. -----

PAN – Natacha Gambini Doria Meunier. -----

Faltas: -----

Aqui Há Porto-RM – Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto, substituído por Paulo António Constantino de Sá Pinto, Maria Cristina Vilares Lima Rothes Barbosa Silos de Medeiros, substituída por Maria da Glória Vieira da Silva, Natacha Filipa da Silva Santos, substituída por Ana Maria Miguéis Martins e Sá. -----

PS – José António Teixeira, substituído por Alírio Machado Alves Coutinho. -----

PSD – António Miguel da Costa Cardoso Antunes, substituído por Tiago Filipe Alves Moutinho. -----

BE – Mário Augusto de Sousa Moutinho, substituído por Rita de Aires Pacheco Domingues. -----

Todos os Deputados que pediram a substituição apresentaram justificação. -----

Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente) e os Vogais: Rui Pedro da Silva Cavalheiro (Tesoureiro), Verónica Marta Stuve Veiga de Faria (Secretária), Ângela Maria Figueiro Cintra e Augusto Artur Saldanha -----

Presidente da AF – Cumprimentou todos os presentes e deu início à Assembleia. Antes da ordem do dia, o Presidente da AF teceu algumas considerações, pediu para se evitar a sobreposição de falas e diálogos na assembleia porque afetava a gravação. Pediu ao Senhor Presidente da Junta para que fossem propostos três dias para as assembleias e que um deles seja sempre numa sexta-feira. Responde ao Senhor Presidente da Junta com a existência de



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

uma tradição de assembleias à sexta-feira. Apela por cortesia, que sejam indicados três dias e que um deles seja numa sexta-feira, porque entende que facilita todos os que trabalham no dia seguinte. Propõe a consulta a quem quer as assembleias às sextas-feiras. Doze deputados querem a Assembleia às sextas-feiras. De seguida, deu as boas-vindas ao Deputado Ricardo Baptista. Ainda informa que a pedido pelo Grupo Parlamentar do Movimento Rui Moreira – Aqui Há Porto, a substituição de Cristina Barbosa segunda-secretária por Paulo Sá Pinto, a que ninguém se opõe. -----

Mário Praça (1º Secretário da Mesa) – Procedeu à leitura do Edital e à chamada dos deputados para confirmar as respetivas presenças. Nesta Assembleia estão presentes 19 Deputados. -----

Presidente da AF – Comunicou que há um voto de homenagem e pesar por Estrela Novais que foi redigido entre o Bloco de Esquerda e a CDU, mas que é proposto a todos. Nessa medida é subscrito por todas as forças políticas. Antes de ser efetuada a leitura, foi perguntado ao público presente se alguém queria intervir, ninguém se pronunciou. -----

Teresa Martins (BE) – A deputada leu o voto de Homenagem e Pesar Estrela Novais, que será anexado à ata, com o n.º 1. -----

Presidente da AF – Perguntou se alguém se queria pronunciar. -----

Natacha Meunier (PAN) – O PAN associa-se ao voto e subscrive. -----

Presidente da AF – Informou que nesta redação do voto já está a posição do B.E e CDU. -----

Sandra Mondim (PS) – Referiu que o Partido Socialista gostaria de se associar na íntegra ao voto apresentado. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Afirmou que o PSD vai subscrever a homenagem e também este voto pesar. -----

Gianpiero Zignoni (Aqui Há Porto – RM) – Agradeceu ao B.E e à CDU por terem tomado a iniciativa e à qual com a licença dos mesmos subscrevem o voto. -----

Presidente da AF – Informou que o 1º Secretário da Mesa tem uma questão pertinente, quando a proposta é feita, será ela subscrita ou não por todas as bancadas. -----

Mário Praça (1º Secretário da Mesa) – Informou que o subscritor tem o direito ou não das pessoas poderem se associar ao voto. A CDU e o B.E podem entender que não deve haver associação de ninguém. Querer que o voto seja só deles. Por isso, quando as pessoas se associam tem de haver uma aceitação pelos proponentes, que não há neste caso porque a CDU e o BE disseram que podiam aceitar. Só para que se entenda que o voto a favor nem sempre é voto de subscrição. São coisas diferentes. -----

Presidente da AF – Salientou que tinha sido essa a premissa quando começaram. O voto estava aberto à subscrição. Perguntou se alguém votava contra ou se alguém se abstém. Foi aprovado por unanimidade. Foi aguardado um minuto de silêncio. Após o minuto de silêncio, deu início à Ordem de Trabalhos. Primeiro ponto, eleição de um vogal da Junta de Freguesia mediante proposta do Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Começou por referir que depois de ter recebido o parecer da CCDR, e ter pedido à CCDR para avaliar o acórdão da CDU e após isso, acha que está em condições para propor à assembleia a subida do Senhor Abel Magalhães do RM para fazer parte do Executivo. -----

Vítor Vieira (CDU) – Começou por pedir um esclarecimento: quem foi que pediu o primeiro parecer e quem foi que pediu o esclarecimento do segundo parecer. -----

Presidente da AF – Respondeu que o primeiro parecer foi pedido pela mesa, e o segundo foi pelo Presidente da Junta. -----

Natacha Meunier (PAN) – Disse que em relação ao parecer recebido, e a intenção de fazer subir um elemento da bancada RM para o Executivo, o PAN manifesta o seu desacordo. Uma

vez que não parece cumprir o que foi sufragado nas eleições, que foi atribuído seis mandatos à bancada RM, que passaria a ser sete mandatos no Executivo da Freguesia. Desta forma ainda que o parecer possa ser favorável, é algo ambíguo e não responde diretamente à posição política do PAN. Estando, portanto em desacordo sobre esta subida, precisamente por achar que não respeita o que foi sufragado. Foi dada uma nota pela bancada do BE, sobre o renunciante manter-se em funções até que seja substituído no Executivo, algo que não aconteceu, uma vez que esse elemento após renunciar deixou de comparecer às reuniões do Executivo. Deixa uma questão para o Senhor Presidente que é como vai entender o parágrafo do parecer e o que irá ser feito nesse sentido, uma vez que parece haver uma brecha na legalidade das reuniões do Executivo. -----

Teresa Martins (BE) – Referiu que a questão referida pela Natacha, tem sido feita em Assembleias anteriores e até por outras pessoas. Não sobre a representação da votação e composição do Executivo, mas sim sobre uma questão política que é relevante. O parecer na segunda página diz o seguinte: a renúncia de um vogal depende não só da receção da declaração de renúncia pelo Presidente do órgão, mas também da substituição do vogal. Portanto, enquanto não houver substituição por eleição, este mantém-se em funções, respeitando o princípio da continuidade do mandato. Segundo o artigo 80 da lei 169/99 de 18 setembro, os titulares dos órgãos das autarquias locais servem pelo período de mandato e mantêm-se em funções até serem legalmente substituídos. Sendo assim, há aqui um dado novo face às discussões, pode haver aqui um novo problema: foram aceites os pedidos de renúncia e não houve substituição, e essas pessoas que renunciaram deixaram de comparecer às reuniões do Executivo e como se colocam as decisões tomadas pelo Executivo? É importante também dizer que a posição do B.E e as questões hoje levantadas não tem qualquer relação com a pessoa proposta, não é nem foi nunca uma questão pessoal. Mas somente para salvaguardar que não sejam cometidas ilegalidades que possam dar problemas no futuro. -----

Ricardo Baptista (PSD) – afirmou que o Senhor Presidente da Junta poderá indicar alguém independentemente da força política, para a composição do Executivo. No entanto, o parecer anterior que diz que para o Executivo não pode ir mais que o número de deputados eleitos na Assembleia de Freguesia. Por exemplo tira uma pessoa do PSD e não precisa de colocar outra do PSD, pode ser do PAN, da CDU, do PS ou qualquer outra força política. Mas não pode colocar outra pessoa que seja do Movimento Rui Moreira. Porque não tem representatividade suficiente. Isto quer dizer que só pode ter no órgão Executivo o máximo de seis pessoas do Movimento Rui Moreira, que são o número de pessoas que elegeu para Assembleia. Portanto nesse parecer diz que pode indicar qualquer pessoa no Executivo que não é obrigado a manter a proporcionalidade política no Executivo, mas não pode ser do Movimento Rui Moreira porque não tem representatividade. -----

Presidente da Junta – Respondeu às questões afirmando que o parecer diz que qualquer pessoa da Assembleia de qualquer força política pode ser escolhida, informa que foi analisado por gabinetes jurídicos e mesmo em relação ao acórdão da primeira tomada de posse foi ilegal porque foi uma escolha uninominal em que foi subindo suplentes. A Dr.ª Alexandra Cachucho também tem a mesma opinião. O PSD quer sair do Executivo, mas não faz diferença, porque tem sido feito um excelente trabalho sem o PSD. Respondendo às faltas do elemento do Executivo, não há qualquer problema uma vez que o Executivo sempre reuniu e deliberou com quórum. O elemento do Executivo sempre foi convocado, mas não houve resposta. Desta forma será entregue à mesa da assembleia a informação para que tal seja comunicado ao Tribunal, de forma que este elemento fique inibido de concorrer nas próximas eleições. -----



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Questionado de quantas faltas deu o elemento do Executivo o Senhor Presidente disse que são faltas injustificadas superiores a seis reuniões. -----

Presidente da AF – Pediu que tenham em atenção ao que foi solicitado no início da assembleia e que se evitem diálogos inaudíveis. -----

Natacha Meunier (PAN) – Voltou a referir o que tinha anteriormente dito, que a posição do PAN independentemente do parecer, não respeita o que foi sufragado nas eleições e que foi atribuído o máximo de seis mandatos ao Movimento Rui Moreira, e como tal entende que está fora do espírito democrático, que foi a vontade do povo nas eleições autárquicas de 2021, atribuir sete mandatos ao Executivo para a Junta de Freguesia, é uma posição de visão política em relação à opção que está a ser tomada pelo Senhor Presidente da Junta, pode ou não ter suporte no parecer que foi emitido, mas que é ambíguo. -----

Presidente da Junta – Diz admirar-se que se diga duas vezes a mesma coisa. A eleição para a Junta de Freguesia tem um voto e as pessoas votam numa lista para a Assembleia. Por proposta do Presidente da Junta o Executivo é formado pelos elementos da Assembleia. Foi feito dessa forma. Agora a lei diz que sob a proposta do Presidente sobe um elemento ao Executivo. Compreendemos a vossa posição política, mas não podem dizer que não estamos a fazer o que foi sufragado nas eleições. Pois estão representados na Assembleia, e foi isso que as pessoas votaram. Quanto ao Executivo está na lei que é proposta do Presidente. -----

Tiago Fonseca (PSD) – Refere que o problema que se depara é se todas as deliberações que foram até agora efetuadas pelo Executivo, estão em risco de serem impugnadas? Porque se o que está no parecer do CCDR for deliberativo, todas reuniões não tiveram representatividade ou pelo menos a representatividade que deviam ter. -----

Vítor Vieira (CDU) – Diz que só estão a discutir isto, porque nas eleições de 2021 o Grupo do Rui Moreira teve uma redução de membros e por isso fez um entendimento com o PSD, mas correu mal do qual resulta a situação atual, um imbróglio. Apesar do Movimento Aqui Há Porto Rui Moreira ter tido uma votação maior, elegeu somente seis representantes e o primeiro naturalmente é o Presidente da Junta, vogais de outra força política. Após o parecer da CCDR que afirmou ser impossível o Grupo Rui Moreira eleger para Executivo mais elementos do que os mandatos obtidos. Desta forma foram eleitos três vogais do Movimento Rui Moreira e três vogais do PSD. Estes vogais do PSD foram sucessivamente renunciando e substituídos por elementos do Grupo Rui Moreira. Desde setembro de 2023 a última vogal eleita pelo PSD aguarda a eleição do substituto para também renunciar. A mesa entendeu que devia solicitar um parecer à CCDR, sobre se seria possível o vogal a eleger fosse do Grupo Rui Moreira, ou se alternativamente seria possível apenas colocar sempre este ponto nas ordens do dia e depois retirado sem chegar a eleger alguém. Funcionando o Executivo com menos um vogal. Nesse pedido não foi referido o número de eleitos diretos de cada força política. Face ao parecer emitido e depois a um esclarecimento do mesmo que só se soube no início desta Assembleia que não foi pedido pela Mesa, mas sim pelo Presidente da Junta. Esclarecimento que apenas só no dia 19 março (ontem) foi entregue embora esteja datado do dia 13 de março. Pretende-se agora eleger um sétimo elemento do Grupo Rui Moreira. A CDU reitera o entendimento que se deve aplicar nesta situação, o exato raciocínio que foi dito no parecer inicial da CCDR de 2021: Uma força política não pode ter no Executivo mais elementos do que os que obteve por sufrágio direto dos cidadãos. Sob pena de estar a desvirtuar o processo democrático. Tal opinião é reforçada pelo conteúdo do acórdão de 19/01/2023 do Supremo Tribunal Administrativo, num processo similar. Onde taxativamente se afirma que a força política que tinha obtido quatro mandatos através de eleição direta no órgão deliberativo, não pode depois transformar essa representação em cinco mandatos no órgão Executivo que é eleito por

aquele em função da representação alcançada pelo primeiro. Ninguém compreenderia que caso houvesse uma Assembleia composta por partidos, movimentos, em que cada um deles apenas obtivesse três, dois ou apenas um mandato. Dezanove partidos aqui representados, fosse depois possível que o Executivo integrasse sete elementos de apenas uma dessas forças políticas. Mas é isso que o Grupo Rui Moreira, o PSD em certa medida e aparentemente agora também as CCDD defendem. A responsabilidade pela presente situação é destas três entidades. Sem qualquer desprimor para o nome proposto, a CDU vota em branco, porque estão impedidos de votar contra. E continuará a procurar que seja cabalmente esclarecida esta situação que desprestigia o poder local democrático. -----

Presidente da AF – Deu por encerrado o debate. E deu início à votação. -----

Abílio Rodrigues (PS) – Informa que só ao receber o boletim de voto, tem a real consciência do que vai acontecer. Aqui é só votos a favor, só permite o voto a favor. -----

Presidente da AF – Responde que também pode ser em branco. -----

Abílio Rodrigues (PS) – Diz se não votamos contra, basta um voto que seja do Senhor Abel Magalhães e ele é eleito. -----

Presidente da AF – Respondeu que não. Isso tinha sido discutido e explicado em sessões anteriores. Ou se é a favor ou não vota. -----

Presidente da AF – Fez a contagem dos votos. Treze votos em branco e seis votos a favor. Não foi aprovada a subida do membro ao Executivo. -----

Presidente da Junta – Comunicou que o Executivo se mantém assim em funções e que fará chegar ao Senhor Presidente da Assembleia as faltas injustificadas elemento do Executivo do PSD. -----

Presidente da AF – Deu início ao segundo ponto da ordem de trabalhos que é apreciação e votação das condições de atribuição do apoio e minuta do contrato interadministrativo, referente ao Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2024. -----

Presidente da Junta – Começou por dizer que se mantém a continuidade a este fundo de apoio ao Associativismo Portuense. Cerca de 50% das candidaturas são apoiadas com cento e vinte mil euros que a Junta recebe para o efeito. Diz que há uma grande proximidade com as instituições. A Junta apoia todas as associações e coletividades a concretizar as candidaturas quando surgem dificuldades sendo as funcionárias do gabinete da presidência sempre prestáveis na ajuda e informações. Comunica também à Assembleia que houve uma sessão pública de apresentação dos projetos para o colaborativo e houve o recorde de cinquenta e duas candidaturas. Pensa que será a União de Freguesias da cidade com mais candidaturas e isso é sinal que estão a trabalhar bem, que as instituições, associações reconhecem uma proximidade grande com o atual Executivo. -----

Natacha Meunier (PAN) – Interpelou o Senhor Presidente que mencionou o número de associações que concorreram e pensa que seja o maior número atingido de entre todas as freguesias da Cidade do Porto, sobre isso tem a considerar algumas preocupações, o quanto é necessário este apoio para que as associações das diferentes freguesias possam desenvolver o seu trabalho como um parceiro de grande valor no trabalho comunitário que é feito localmente. E quer saber a qualidade e a quantidade de associações que efetivamente conseguem aceder ao apoio quer seja pela burocracia, pela verba ou pelos critérios que determinam a condução do processo. Há duas questões para o Senhor Presidente, uma vez que informou que no ano passado foi criado um gabinete de apoio ao preenchimento das candidaturas. A primeira questão é saber quantas associações se socorreram deste apoio no ano passado e se para este ano está prevista a implementação desse mesmo gabinete de apoio, em que moldes? Pede que seja alargado o prazo mínimo entre a divulgação feita pela

Junta de Freguesia e apresentação de candidaturas, que atualmente está estipulado em 10 dias uteis. A Junta tem tentado alargar esse prazo. Ainda assim parece prudente que seja estipulado neste documento um prazo maior. Não foi acolhida a sugestão da inclusão de um eixo de proteção e bem-estar animal e sugere-se que sejam revistos os eixos, nomeadamente uma separação entre a Juventude e o ambiente, por serem temas tão díspares e com projetos de candidatura também díspares. O maior alerta é a dotação orçamental que é atribuída a este fundo, que se mantém nos cento e vinte mil euros, e como o Senhor Presidente referiu apenas chega a metade das associações que se candidatam. Vários fatores fazem com que esta verba esteja a desvirtuar aquilo que é o espírito com este fundo foi criado, falamos de questões de inflação e de poder de compra que limitam e condicionam o espectro de atuação das associações candidatas, ficando assim aquém, é um apoio relevante para o trabalho de tantas associações. Deixa um repto que já foi apresentado em anos anteriores para que este processo se torne mais participado pela Assembleia de Freguesia. Já foi partilhada a sugestão da Assembleia ter a possibilidade de apresentar nomes para a composição do Júri para o Fundo de Apoio ao Associativismo e desta forma a Assembleia ter um papel mais participativo no que toca a definições de critérios de seleção e avaliação de candidaturas. Para que se possa aumentar o espectro de diversidade das associações que se podem candidatar. Para que não sejam sempre as mesmas associações a receberem esse apoio, não por demérito obviamente, mas para que haja aqui uma redinamização de associações que surgem novas na freguesia e que também fazem um trabalho um pouco diferente, mas que possam também ser contempladas com esse Fundo de Apoio. -----

Sandra Mondim (PS) – Começou por cumprimentar todos os presentes e dirigiu-se para as funcionárias da Junta dedicando agradecimento por todo o trabalho efetuado em época de eleições o qual pode presenciar de perto. Voltando ao tema uma vez que a deputada Natacha já referiu algumas questões, mas tem algumas notas a dizer e aguardar pela resposta do Senhor Presidente. Concorde em relação aos eixos que deveria existir uma separação de temas da Juventude e ambiente porque tem ambos grande importância e merecem estar isolados. A outra questão é que o documento vem acompanhado de uma ata, e tem a votação, apreciação e votação da composição do Júri, neste momento já tem indicação do Júri que vai trabalhar neste Fundo e analisar as candidaturas. Se é possível saber qual a composição do Júri e uma vez que há dinamização das candidaturas, também essa dinamização podia passar pelo próprio Júri. Porque como tem sido referido o Júri tem sido sempre o mesmo e isso já foi referido em sessões anteriores. Também observando as instituições que se candidatam e que são aceites também parecem ser sempre as mesmas. Nomeadamente um ou outro caso que parece crónico em termos de candidatura, com toda a legitimidade a propor. Mas realmente não se vê ser dadas oportunidades a outras instituições. -----

Presidente da Junta – Respondeu às questões sobre o Júri, informa que se mantiveram alguns elementos do Júri, porque a Junta acertou nos elementos idóneos, sérios, transparentes que fazem um bom trabalho em prol da freguesia com seriedade e não são sempre as mesmas entidades apoiadas, foi aprovado pelos deputados o excelente trabalho que tem sido efetuado pelo Júri do Fundo de Apoio ao Associativismo que é diferente do colaborativo. O Júri mantém dois elementos dos anos anteriores e um terceiro elemento vai ser a Professora Manuela Carmona Pinto da Costa. Acha que é um Júri conhecedor dos projetos que tem vindo a ser apoiados. Uma coisa tem de ser dita com clareza não se trata de apoiar associações, trata-se de apoiar os melhores projetos. Porque as vezes não se apoia uma associação diferente não por ser diferente, mas porque não tem um projeto que vá beneficiar a União de Freguesias. O Júri entende apoiar os projetos que vão beneficiar a União de Freguesias assim como os seus



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

fregueses. O doutor Miguel Ângelo já esclareceu nesta assembleia a dificuldade que há em selecionar os projetos. Sendo um trabalho sério, fica mal duvidarmos do Júri. Agradeceu à Senhora deputada por ter parabenizado as colaboradoras da União de Freguesias. Quando tudo corre bem o mérito é da equipa excelente, quando corre mal a culpa é sempre do Presidente. Salientando que a equipa é excelente, está motivada, porque também são tratados com carinho e atenção. Sobre os eixos que a Junta apoia, no contrato do Fundo de Apoio ao Associativismo enviado pela Câmara e os eixos já vem determinados. Não é possível criar um eixo, mas no ano anterior houve uma associação animal que foi apoiada. Independentemente de ter eixo ou não ter, há pela parte do Júri esse cuidado em que possa ser dado apoio. O gabinete da presidência com as Doutoradas Luísa e Cátia, lembro que a Dra. Cátia foi contestada nesta Assembleia aquando da sua contratação, mas que se tornou uma excelente aquisição uma vez que tem uma enorme proximidade com as associações. Portanto este Gabinete atende, apoia todas as associações que chegam com dificuldade, com falta de documentos e nenhuma associação deixa de se poder candidatar porque são ajudadas em todo o processo. Quantos aos prazos esta Junta é quem dá mais prazos, no orçamento colaborativo foi a primeira União de Freguesias a alargar o prazo. Foram 3 semanas abertas às candidaturas das associações, mas depois na Assembleia Municipal os partidos dizem que se está a demorar muito, há que se cumprir prazos porque as associações precisam do dinheiro. Sé alargado o prazo pedem rapidez, se o prazo for o mesmo pedem para alargar. Em resposta à pergunta se todas as associações foram auxiliadas no ano anterior e quantas foram referiu que tem sido feito da mesma maneira que em anos anteriores, e não ficou nenhuma candidatura de fora. Mas não tem números concretos. -----

Vitor Vieira (CDU) – Começa por pedir três esclarecimentos. O Senhor Presidente disse que a Assembleia era urgente para aprovar o Fundo para o Associativismo, a pergunta é se há alterações em relação ao modelo anterior, se é possível que a autarquia determine ao Júri um conjunto de objetivos, ou se é tudo como anteriormente, porque o Júri tinha de cumprir as regras da Câmara. A última pergunta é se a verba é superior à das edições anteriores. -----

Presidente da Junta – Responde que as verbas são as mesmas assim como o contrato. Mantem-se tudo igual. A Junta pela proximidade e conhecimento do terreno e das associações, garante que os processos e projetos são todos concretizados e que são os melhores para a União de Freguesias. -----

Gianpiero Zignoni (Aqui Há Porto – RM) – Referiu que o Fundo de Apoio ao Associativismo tem o apoio da Câmara Municipal do Porto. Também a implementação da descentralização de competências para entidades mais próximas da população. Salientar que o Movimento Aqui Há Porto tem se manifestado várias vezes pela descentralização do Governo para as Autarquias. A diferença é que esta competência vem com o respetivo Envelope Financeiro que é entregue pela Câmara Municipal, sendo fundamental para a concretização, algo que na maioria das vezes não acontece nas delegações vindas da Capital. Parafraseando o Senhor Presidente a proximidade e conhecimento e o reconhecimento das e pelas populações são a mais-valia. Recordando que no ano passado foram quarenta e quatro candidaturas dos quais vinte e um projetos tiveram apoio. O objetivo não é suportar as associações, mas sim apoiar para que possam exercer eficazmente a atividade com autonomia financeira, até porque essa autonomia garante a sua liberdade. Evitando amarras que possam condicionar a sua atividade. Porque o programa existe hoje e espera que exista daqui a dois, três e quatro anos, tal como novos Executivos, novas pessoas à frente da Câmara ou da Junta, vão ter de aguardar as eleições, mas gostaria que este programa se mantivesse, esse princípio da associação que ela possa exercer o seu papel e não usar o Envelope Financeiro para depois manipular a sua

intenção. Para isso é fundamental que as associações tenham a sua autonomia e não estejam dependentes destes apoios. Resumindo reitera o apoio a esta iniciativa e estão satisfeitos pela sua continuidade. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Congratulou a Câmara Municipal pelo apoio, refere que embora ache que cento e vinte mil euros é pouco, e que até podia ser mais, no entanto é ótimo para as associações. Faz também um reparo, mas importante em relação à documentação que vem do Executivo, para ser aprovado em Assembleia de Freguesia, tem de vir assinada pelo Executivo. Mas esta minuta não vem assinada, e acontece o mesmo quando o orçamento, relatório de contas, todas as páginas deveriam vir assinadas no Executivo, verificou que nas últimas assembleias também houve documentação que não foi assinada. Após esse reparo reitera tem o apoio. -----

Rita Aires (BE) – Começou por dizer que há muito a comentar: os eixos, o orçamento que parece insuficiente pelo que era bom que tivesse aqui uma atualização. Mas irão comentar pouco porque os comentários que têm sido feitos sobre estas medidas não tem acolhimento, com o argumento que esta Assembleia nada pode fazer porque este contrato é definido pela Câmara com estes termos e não se pode alterar a não ser aprovar. Por essa razão parece pouco útil debruçarem-se sobre esta matéria e tudo o que poderia ser melhorado neste processo, porque não há retorno à tentativa de contributo que têm feito, inclusive parece haver um retrocesso face ao ano passado, porque parece haver um Júri do ano passado, que até solicitou sugestões às forças políticas aqui representadas. O Bloco de Esquerda apresentou uma sugestão, que foi acolhida e se mantém. Mas este ano não foi feito qualquer processo de auscultação aos membros da Assembleia para que fosse algo contruído e tornasse esta Assembleia útil no processo. Só são chamados para confirmar aquilo que vem da Câmara e nesse sentido parece pouco interessante, enquanto processo democrático, esvaziar a Assembleia de qualquer papel na construção deste processo. Apesar disso, e por respeito às associações, porque se entende que os projetos que apresentam são relevantes e que este apoio lhes pode fazer muita diferença, o Bloco de Esquerda não obstaculiza, mas mantém as críticas: faz pouco sentido vir só aprovar um contrato e um regulamento que em nada se pode mexer. -----

Presidente da Junta – Disse que os Senhores Deputados têm representação no Executivo na Câmara, podem propor que é preciso duzentos ou trezentos mil euros, mas não é aqui, o local é na Câmara Municipal. A Assembleia só tem de deliberar se quer esta delegação de competências ou não, esta competência é muito boa para a União de Freguesias e foi o Executivo de Rui Moreira que criou este Fundo de Apoio ao Associativismo, porque não existia antes de 2019. Se o Presidente da Junta vier à Assembleia para que a mesma execute e escolha o Júri e decida sobre os projetos, então o Executivo deixa de fazer sentido não está a fazer nada. -----

Vítor Vieira (CDU) – Começa por agradecer as respostas do Senhor Presidente, e conjugando com a pressa que é necessária por haver prazos para cumprir e as associações tenham tempo. Mas não entende porque estão hoje 20 de março a discutir esta matéria, quando a proposta havia sido aprovada na reunião da Câmara a 19 de fevereiro, ou seja, há mais de um mês, como tal já deve estar na Junta há bastante tempo. Por outro lado, agradece o facto de ter confirmado que a Freguesia, os Órgãos da Freguesia não têm meios de apresentar alterações àquilo que vem da Câmara. Quando muito o Júri pode ser sensibilizado, não sabe como, se por conversa pessoal ou de outra forma, mas a verdade é que quem define o que o Júri tem de fazer, quais são os limites, continua a ser a Câmara quando tal deveria ser e como sempre foi afirmado ser a Assembleia a ter uma palavra sobre critérios, o Júri enquanto o seu trabalho é

independente, pudesse depois ter em conta esses critérios que aqui na Assembleia se verificasse. Este apoio municipal cento e vinte mil euros, é apoio municipal, não é apoio da freguesia. São cento e vinte mil euros que as associações no máximo poderão receber, apesar dos níveis de inflação verificados e da capacidade financeira do Município que é grande. Paga mais cinco mil euros à Junta pela organização do processo, porque o Júri não é pago. A Junta tem os papeis, editais e outras coisas mais, mas ganha cinco mil euros que não vão para as associações e ficam na Junta. Em relação ao Fundo de Apoio do Associativismo Portuense, foi criado em 2019, por proposta da CDU, não é ele que o diz, mas as atas das reuniões da Câmara e da Assembleia Municipal o confirma. Não só foi este Fundo criado em 2019 por proposta da CDU como em 2020 durante a pandemia teve um aumento também por proposta da CDU acima de um milhão de euros o Apoio ao Associativismo. No atual mandato, o Rui Moreira voltou a reduzir o valor dado às associações da cidade. Inicialmente a concretização era feita pela Câmara Municipal e resultou numa organização completamente ineficiente e desorganizada. A partir de 2022 neste mandato, o processo de seleção foi transferido para as Juntas de freguesia e dessa forma resultou o alargamento do universo de associações que são apoiadas. Reconhece isso, passou de mais de vinte para ultrapassar as oitenta. E também resultou em situações de duplo e até triplo apoio a entidades que apresentam candidaturas em mais do que uma freguesia, porque não havia mecanismo de controlar o excesso de pedidos de apoio por algumas associações. Apesar disso a CDU continua a valorizar este apoio e reitera que é insuficiente. Pelo que insiste novamente no seu reforço Financeiro, na Câmara já foi feita essa proposta e foi recusada democraticamente pelo Senhor Presidente. Defende a criação de mecanismos, simplificação e de controlo que obstem a desigualdade na obtenção deste apoio. Por outro lado, e isto é interessante, regista-se que ainda não foi presente nesta Assembleia para a devida fiscalização que lhe compete, nenhum relatório final e cito relatório final de execução do contrato subscrito pelo seu gestor, tal como previsto no número quatro da cláusula quarta dos contratos interadministrativos desde o primeiro deste mandato, pese embora nesta data já deveria ter terminado os prazos de execução dos projetos contemplados na edição de 2022. Já deveria haver um relatório. Já fez um pedido mais um pedido de envio à Assembleia dos relatórios relativos a outros contratos que esta Assembleia autorizou a Junta a firmar. Há um ano pediu sem resultado vários esclarecimentos. Se tinha sido feito um esforço para debater o processo com o movimento associativo, a fim de melhorar. Que balanço foi. O que dizia a Junta sobre os resultados do processo e quais as formas de tornar mais justa e abrangente. E até se a Assembleia seria ouvida quanto à Constituição do Júri e sobre as condições de atribuição para fazer aquilo que já referiu, falar com o Júri dizer-lhes gostaríamos que o vosso trabalho independente tivesse este aspeto em consideração. Mas não foi respondido nada. Essas questões mantêm-se, tal como se mantém a afirmação da necessidade de a Assembleia de Freguesia intervir mais ativamente no processo. Designadamente pela criação de regulamento, definição de critérios que balizem a atuação do Júri, sem que isso implique qualquer menosprezo por respetivos membros. Repete, a CDU nunca tem questões de personalidades, tem questões políticas e de opções. Olhando para o documento que é agora entregue, constata-se uma diferença no artigo oito das condições de atribuição é acrescentado um novo ponto, que obriga a que o relatório final do Júri seja enviado à Câmara até no máximo de trinta de junho, sob pena de não celebração do contrato de transferência de cento e vinte mil euros. Aproveitando para dizer ao Gianpiero, que de facto, a transferência o tal Envelope Financeiro não veio. O Júri vai com os cinco mil euros da Junta organizar o processo e depois vão dizer, são noventa, são cinquenta, são oitenta, são cento e vinte mil euros. E faz-se um novo contrato interadministrativo para então entregar o Envelope

Financeiro, que pode nem ser os cento e vinte mil euros se não chegar propostas para isso. Tal implica que esse relatório será entregue à Câmara até trinta de junho, seja apreciado por esta assembleia antes dessa data. E o que a CDU propõe já é que essa apreciação ocorra a vinte e sete de junho, uma quinta-feira. Para que no dia vinte e oito sexta-feira, possa ser enviada à Câmara, a tempo de cumprir o prazo, de forma a maximizar o tempo concedido às associações e ao Júri para organizar o projeto. -----

Presidente da Junta – Respondendo ao Senhor Deputado, entende quanto às datas que não vão sobrepor o fundo de apoio ao associativismo, ao processo do colaborativo, se estão a desenvolver o colaborativo sobrepor é impedir projetos que não são apoiados no colaborativo de concorrer ao Fundo do Associativismo, portanto estão a dar um espaço de tempo para fazer o colaborativo, fazendo o associativismo. Quanto aos cinco mil euros que a Junta recebe, está destinado aos serviços administrativos e a um gabinete jurídico para acompanhar todo o processo, de forma que não haja incumprimentos, irregularidades. Não pode a Junta utilizar ou ficar com esse dinheiro. A Junta tem de passar um recibo à Câmara desse dinheiro. Esse valor está unicamente destinado para esse fim. Não é verdade que algum dia o Executivo Municipal tenha reduzido estes valores. Nunca foi reduzido, ao contrário do que foi dito pelo Senhor Deputado. Como isto foi uma proposta da CDU então podem fazer novamente uma proposta, pode ser que sejam atendidos algum dia. -----

Natacha Meunier (PAN) – Dirigiui-se ao Presidente da Junta o sr. referiu-se às funcionárias e mulheres desta casa por meninas, já lhe tinha sido pedido noutras Assembleias que não usasse esse termo, e não deveria ter chamado a si o elogio que foi dado às funcionárias desta Junta, que tem mérito individualmente sem o cunho do Senhor Presidente. O Senhor Presidente refere várias vezes que os partidos que estão nesta Assembleia de Freguesia tem representação na Assembleia Municipal, mas esquece, curiosamente que o Senhor Presidente também tem um lugar na Assembleia Municipal enquanto Presidente desta Junta de Freguesia, que serve para defender os interesses da Freguesia. Em relação ao Fundo de Apoio ao Associativismo o Senhor Presidente referiu que o PAN se queixou de ter dado mais tempo às associações para prepararem as respetivas candidaturas. O PAN nunca se manifestou na Assembleia Municipal contra a ser possível dar mais tempo às associações para se candidatarem. Em relação ao Deputado Gianpiero, que referiu a questão do Envelope Financeiro, se serve este fundo para dar um Envelope Financeiro à Junta, defendeu o regionalismo, mas parece que esse não é o espírito do regionalismo nos termos em que foi pensado se for apenas para executar o que já vem predefinido da Câmara Municipal, o regionalismo pretende aproximar, pretende tornar as políticas mais identitárias das necessidades da população e por isso, é importante que além do Envelope Financeiro, também venha o processo capaz de entregar competências à Junta de freguesia que deverá, ter capacidade decisora sobre processos que pretende aproximar a freguesia das populações. -----

Presidente da AF – Pede que as próximas intervenções sejam mais sintetizadas uma vez que vão no terceiro período de intervenções. -----

Teresa Martins (BE) – Começa por dizer que o BE tem feito propostas tanto na Assembleia Municipal como no Executivo, propostas de melhorias em relação a este orçamento. Imagina que os outros partidos também têm feito propostas de melhorias, de sugestões de melhoria deste regulamento ao Apoio ao Fundo do Associativismo. E tal como já foi referido, o Senhor Presidente, também está representado na Assembleia Municipal e não tem tomado a palavra para fazer qualquer proposta de melhoria, e têm sido muitas as propostas que são feitas aqui em Assembleia de Freguesia, pelo que podia perfeitamente levá-las para a Assembleia Municipal. Porque quem beneficia em último caso é sempre a população, que mal tem fazer

uma proposta no sentido de melhorar um Fundo que interessa a todos. Todos aqui são a favor deste Fundo de Apoio ao Associativismo. Só estão a pedir que se junte a todos na proposta de melhoria deste apoio para os fregueses. Não é compreensível porque resiste tanto. Em relação ao Júri, muitas pessoas lhes perguntaram quem são as pessoas do Júri? O BE não está a questionar as pessoas, só perguntam quem são, porque quanto a Rita Aires veio falar sobre o facto de terem indicado uma proposta, o senhor Presidente respondeu como se o BE soubesse que a pessoa que indicaram no ano anterior é um dos suplentes e o Senhor Presidente nem sequer se deu ao trabalho de indicar quem são as pessoas que compõem o júri. No ano anterior eram três membros efetivos, disse-nos que uma foi substituída pela Doutora Manuela Carmona Pinto, mas não se sabe quem foi a pessoa que saiu. Não vamos levantar questões agora, nem sequer é uma questão relevante, mas não custa nada, não deve ser nenhum segredo dizer quem saiu. -----

Presidente da Junta – Começou por explicar à Senhora Deputada, que não estava a gozar, mas a bater palmas como forma de dizer que fizeram bem nas propostas que tem feito nos órgãos camarários. E que é algo que ele tem feito sempre a pedir mais. Todos os Presidentes de Junta tiveram uma reunião com o vereador do pelouro das finanças para tentar conseguir mais verbas tanto para o Fundo Apoio do Associativismo como para o Colaborativo e nos Interadministrativos e conseguimos dessa forma um aumento no Interadministrativo. Para os outros não conseguimos da mesma forma que os Senhores não conseguiram. Quando estava a bater palmas era exatamente porque concordava com o que dizia, ou seja era isso que deve fazer lá no Executivo. E o facto de estar na Assembleia não é lá que se pode dirigir ao Executivo. Na Assembleia representa a União de Freguesias vota a favor ou contra as propostas. Quando é para propor algo ao Executivo, vai propor à Senhora adjunta do Presidente. Pede desculpa por ter chamado meninas, vai passar a ser trabalhadoras. Em relação ao Júri é o Doutor Rémulo Marques que está a trabalhar na Madeira, ele tem um conhecimento muito vasto sobre o associativismo, talvez por ter sido jornalista e por isso tem um grande conhecimento. Em sua substituição passou a ser a Dr^a Manuela Carmona Pinto da Costa. -----

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto – RM) – Começou por responder à deputada Natacha a questão do valor, efetivamente não acredita que estejam unicamente na Assembleia apenas para concretizar aquilo que a Câmara impõe, porque há um Júri que analisa as propostas apresentadas consoante o interesse e validação das mesmas. Sendo isto um ponto de vista pessoal, pode nem refletir a opinião dos colegas de bancada ou do Executivo. Se alguém atribui uma determinada verba, mas diz tens determinadas regras para poder usar, há possibilidade de dizer aceito as regras e as verbas ou não aceito as regras nem as verbas. Há liberdade para recusar esta proposta e muito bem porque não quer sujeitar-se às regras da Câmara Municipal e como tal não há obrigação de aceitar o contrato. Portanto há um contrato e ele vem com regras que são apresentadas pela Câmara Municipal e como correspondência tem um Envelope Financeiro. O Deputado Vítor tem razão quando diz que dinheiro vem após todo esse processo. Mas o que dizia era que todo esse dinheiro existe. Há casos de competências transferidas para Câmaras Municipais, mas não há envelopes Financeiros e isso cria mais pressão. Os cofres do Governo ficam livres de pressão, mas transfere essa pressão para os cofres das autarquias sem haver compensações. Referir que a questão de ser uma proposta da CDU, sem dúvida e está em ata. Mas há que recordar que em 2017 para a Assembleia Municipal há um total de quarenta e quatro mil seiscentos e quatorze votos que corresponde a 38.78%, dezasseis deputados para o Grupo Rui Moreira e na Câmara Municipal foram cinquenta e um mil cento e cinquenta e nove votos, 44.46% de votos o que

corresponde a sete elementos no Executivo. Dá todo o mérito à CDU pela iniciativa, mas tal não avança se não tiver o apoio da bancada e do Executivo do Rui Moreira, sem tirar a palavra ao Senhor Presidente, e sem retirar o mérito da CDU, mas teve de haver um trabalho em comum, como já várias vezes aconteceu na Assembleia de Freguesia, onde todos trabalham por um objetivo comum, como foi a aquisição do Edifício de São João Novo em que houve um esforço de todos. Se o Grupo do Rui Moreira e a Assembleia não quisessem este apoio não teria acontecido, seria isto que o Senhor Presidente queria dizer. -----

Presidente da Junta – Começa por dizer aos Senhores deputados que o apoio ao associativismo não se fecha nos cento e vinte mil euros, mas esse valor é para o Fundo Apoio ao Associativismo, mas para além disso há vinte mil euros para apoio ao desporto e mais vinte mil euros para apoio à ação social. O Executivo chegou aqui com uma margem para apoiar as associações de zero, e os Senhores deputados conhecem as contas. Mas neste momento além do Fundo de Apoio ao Associativismo, além do colaborativo, os Senhores veem nas atas, minutas o apoio a muitas associações. Há muitos projetos, muitas atividades desportivas, ação social, por isso não são só os cento e vinte mil euros. É um trabalho que vem sendo desenvolvido por este Executivo, que tem engrandecido as contas desta Junta de Freguesia, de forma a apoiar e melhorar as instituições. -----

Sandra Mondim (PS) – Pretendeu enaltecer todo o trabalho das Senhoras funcionárias, porque foi com elas que falou, na organização das mesas. A motivação que o Senhor Presidente é de tal ordem que começou indicada o lugar de secretária e ficou como Presidente de Mesa, portanto as funcionárias estão motivadas e trabalham bem, oportunamente irá voltar a este tema em Assembleia. Em relação ao Júri não faz mais comentários e muito menos as criações a existência deste fundo, pela importância que tem para as associações e seria bom que os valores pudessem ser outros. O Partido Socialista também já propôs na Câmara e por isso apoia. Vão votar favoravelmente e esperar pelo relatório final. -----

Vítor Vieira (CDU) – Agradeceu ao Gianpiero pelo facto de ter comentado que hoje há dinheiro transferido nesta delegação de competências, ao contrário de outras delegações de competências que não são acompanhadas de Envelopes Financeiros, as autarquias queixam-se todas que o que recebem nestas novas transferências de competências fica abaixo do que é necessário, e isso é grave. Mas em tudo há um histórico e no apoio da Câmara e dos Orçamentos Colaborativos, Orçamentos Participativos há todo um histórico que levou todas as bancadas a dizerem que era preciso que houvesse uma participação dos diversos grupos na definição de objetivos para que fosse o mais participado possível e depois confronta-se o facto do Senhor Presidente vir aqui com o “TINA” (There is no alternative) e por isso tinha de ser aquilo porque era o que a Câmara mandava, o Júri não se pode dizer nada. É este problema que existe, e acham que haver uma maior participação das forças políticas na definição de balizas. Nem são definições de objetivos concretos, são definições de balizas e até uma ajuda ao Júri. Os números que estão escritos e como Gianpiero reconheceu foi proposta da CDU. Em 2017 a única força política que tinha no compromisso eleitoral a proposta de criação de um fundo de apoio aos ativismos. E em 2019 conseguiu que no orçamento fosse criada uma verba de quatrocentos mil euros para esse fundo. Em 2020 e 2021, não foi por causa da pandemia, mas durante o ano de 2019 percebeu-se essa verba era insuficiente e em 2020 aumentou para oitocentos mil euros e em 2021 manteve-se nesse valor. A par disso durante a pandemia a CDU propôs uma linha de apoio de emergência às associações de cento e cinquenta mil euros, e essa linha beneficiou cento e oitenta e seis associações que sofreram com a pandemia. Esse valor aumentou em 2021 para duzentos e vinte mil euros. Se somarmos os oitocentos mil mais os duzentos e vinte mil, isso dá um valor de um milhão e vinte mil euros. Se verificarmos os



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

cento e vinte mil euros atribuídos em 2023 e agora em 2024 é concedido às sete freguesias e uniões da cidade dá o valor de oitocentos e quarenta mil euros mais os trinta e cinco mil euros para as Juntas, mas isso não conta, é um valor abaixo de um milhão e vinte mil. Por outro lado, quando era a Câmara a aplicar diretamente o fundo, como não era proposta do próprio e não tinha grande interesse, em 2019 foram apoiadas dezanove associações, em 2020 foram vinte e nove, em 2021 foram vinte oito. Quando o processo passou a ser liderado pelas freguesias, permitiu aumentar e aumentou para mais de oitenta e isso é valorizável. Há um histórico de criação disto, não foi algo muito desejado, mas de alguma forma imposta porque a correlação de forças era outra e foi possível, conversar, dialogar, e apresentar essa proposta para ser aceite e implementada mal, mas depois um pouco melhor. A União de Freguesias deveria haver um esforço de integrar mais opiniões, posições no que respeita à concretização deste apoio às associações. Agora resta desejar um melhor trabalho ao Júri, que certamente irá fazer o seu melhor, mas ter a consciência que é uma verba de cento e vinte mil euros que não resolve o problema das associações que enfrenta uma inflação que tecnicamente foi de 8%, mas naquilo que é essencial, no que afeta diretamente as associações, foi de 20%, 30% e isso não está a ser tido em conta nestes apoios. -----

Presidente da AF – Dá por terminado o período de apreciação, discussão do ponto 2. Vai dar início à votação. Apreciação e votação das condições de atribuição do apoio e minuta do contrato interadministrativo referente ao Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2024. Procede à votação, cujo resultado foi o seguinte: dezasseis votos a favor, sendo seis do Aqui Há Porto – RM; quatro do PSD; quatro do PS e dois da CDU. Abstenções: três, sendo duas do BE e uma do PAN. Este Ponto foi aprovado. Após a votação, dá a palavra a Vítor Vieira para uma declaração de voto. -----

Vítor Vieira (CDU) – Declaração de voto. Afirma que continua a registar-se grande incompetência e incapacidade da maioria Rui Moreira, PSD, na gestão deste apoio municipal, cujo processo de seleção a Câmara meramente contratualiza com as Juntas de Freguesia, mediante um pagamento de cinco euros. Reitera a insuficiência do montante global de cento e vinte mil euros, valor que se manteve, apesar dos níveis de inflação que se tem registado. Apesar disso e por ser um apoio proposto e conquistado pela CDU. Favoravelmente, de forma crítica e propositiva, a concretização do processo no ano 2024, procurando sempre que possa vir a ser mais justa. -----

Presidente da AF – Informa que o Bloco de Esquerda e o PAN, vão apresentar a posteriori Declarações de Voto. -----

Mário Praça (1º Secretário da Mesa) – Pede para que não sejam recolhidas imagens da Assembleia ou das pessoas. Tal como já havia sido pedido na Assembleia anterior. Não percebeu que foram tiradas fotografias, não importa quem foi que tirou. Mas sem autorização não é permitido a recolha de imagens. -----

Presidente da AF – O Presidente dá por concluída a O.T. De imediato Informou os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da Minuta da Ata para ser votada. A minuta foi aprovada por unanimidade. De seguida do Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão. -----

Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 20 de março de 2024, pelas 23,30 horas. --



ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA



**União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.**

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário em exercício: _____



Voto de Homenagem e Pesar

Estrela Novais

Estrela Novais deixou-nos, sem aviso, no Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, dia de luta pela Emancipação e pela Igualdade das Mulheres, celebrado desde 1910 e adoptado pela ONU em 1975 - o mesmo ano em que pela primeira vez foi possível a Estrela Novais, e a todas as mulheres portuguesas, comemorar livremente essa data em Portugal.

Nascida em 13 de março de 1953, no Porto, cidade onde estudou no Instituto Comercial, iniciou a sua carreira de atriz como amadora no Grupo "Os Modestos", onde se destacou com a sua interpretação em "Histórias para Serem Contadas", de Oswaldo Dragun.

Notabilizou-se também no TEP - Teatro Experimental do Porto, onde se estreou como profissional em 1970 com "Bodas de Sangue" de Federico Garcia Lorca e onde, em 1972, se destacou em "A Casa de Bernarda Alba", também de Lorca, espetáculo encenado por Angel Facio.

Na Seiva Trupe, companhia que em 1973 fundou com Júlio Cardoso e António Reis, foi protagonista em dezenas de peças, com destaque para "Antígona", de Sófocles e "Tio Vânia" de Anton Tchekov.

Destacou-se, portanto, em três espaços teatrais inseridos no território desta União de Freguesias: em "Os Modestos", mesmo aqui em frente, na Rua Gonçalo Cristóvão; no Teatro Experimental do Porto, na Rua do Ateneu Comercial do Porto; e na Seiva Trupe, na Rua de Camões.

Foi bolseira da Fundação Calouste Gulbenkian, entre 1979 e 1982, e frequentou em Roma o curso de encenação da Academia Silvio d'Amico, estagiando com Orazio Costa, Giorgio Strehler, Luca Ronconi, Dario Fo e Vittorio Gassman, construindo uma carreira de grande intensidade e vigor.

Trabalhou também em Cinema, participando em vários filmes portugueses, franceses e italianos, e a partir dos anos 90 dedicou-se exclusivamente à Televisão, participando em séries e novelas como "Olhos de Água", "Dei-te Quase Tudo", "Belmonte", e "Amar Demais", em papéis que a tornaram uma figura

conhecida de todos os portugueses e lhe granjearam vários prémios, nomeadamente Melhor Atriz de Teatro de 1984, atribuído pela revista “Mulheres”, e Melhor Atriz de Cinema em 1986, atribuído pela revista “Nova Gente”.

Assim, reunida em 20 de Março de 2024, a Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória delibera Homenagear sentidamente Estrela Novais, e manifestar o seu Pesar por esta imensa perda para a Cultura portuguesa, manifestando as suas condolências à família, amigos e companheiros de trabalho, e observando um minuto de silêncio pela sua morte.

Porto, 20 de Março de 2024